

Health Care Business
Integrity Internacional
para Intermediários



Sua obrigação de manter conformidade com todas as leis e com as políticas da Johnson & Johnson

As empresas Johnson & Johnson e terceiros que atuam em seu nome devem manter a conformidade com as leis dos países onde operam, inclusive com as leis anticorrupção e antissuborno.

Não obstante sua localização global, a Johnson & Johnson e suas afiliadas estão sujeitas às leis anticorrupção e antissuborno dos EUA, e às leis locais.

Como funcionário ou diretor de um intermediário, você também deve manter conformidade com as políticas e os requisitos da Johnson & Johnson relativos às interações de intermediários com profissionais de saúde (HCPs) e funcionários públicos (GOs).

A política da Johnson & Johnson proíbe terminantemente que seus intermediários ofereçam ou paguem qualquer coisa de valor para profissionais de saúde e funcionários públicos, como tentativa de influenciar a decisão dessa pessoa (por exemplo, para que compre produtos da Johnson & Johnson, aprove um produto ou aprove o registro de um produto, etc.).

Esse documento oferece apenas um breve resumo das orientações aplicáveis estabelecidas nas políticas da Johnson & Johnson e no *Guia Johnson & Johnson International Health Care Business Integrity (HCBI)*. Para obter mais informações, fale com o seu contato da Johnson & Johnson Company.

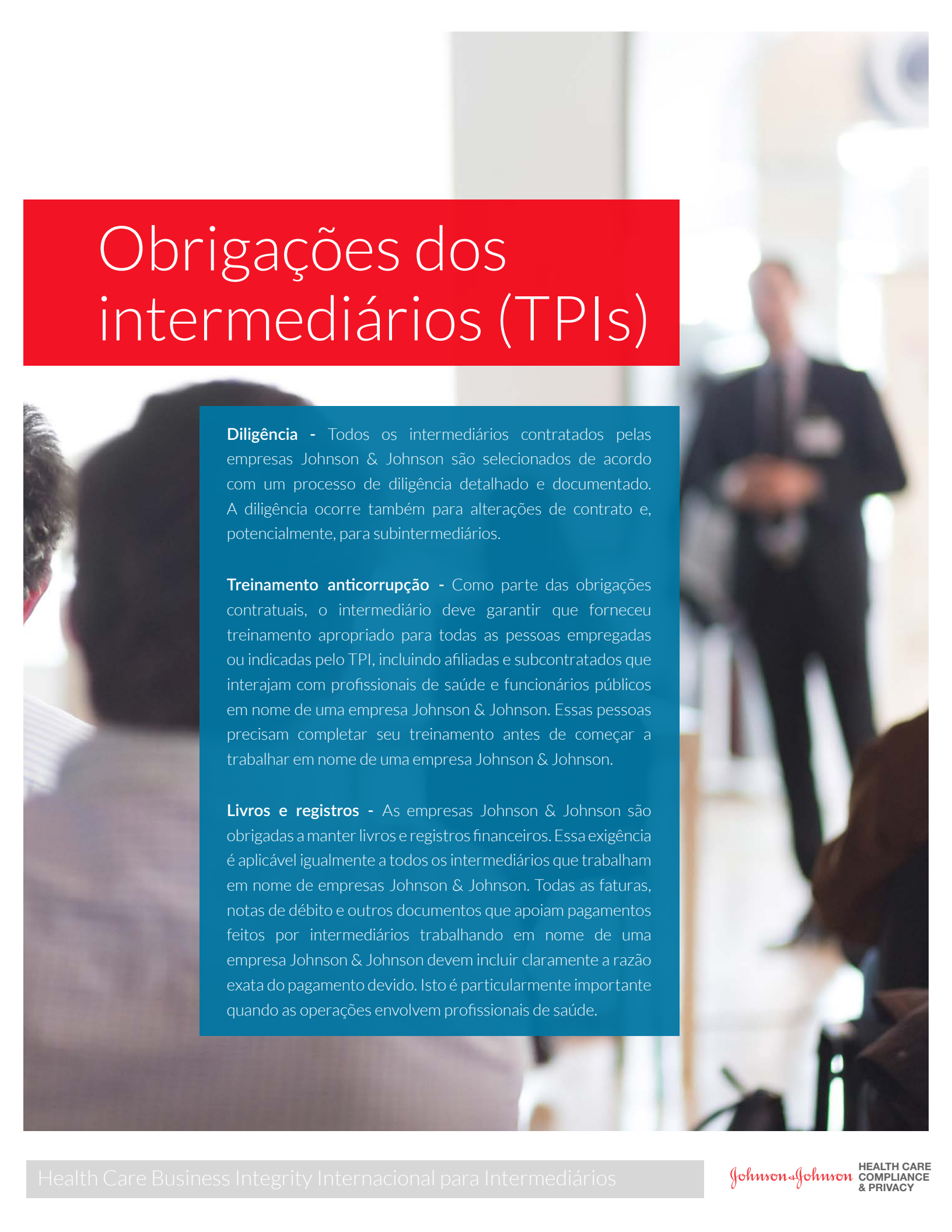
Intermediário (TPI) - Empresa ou pessoa que interage ou negocia com funcionários públicos e profissionais de saúde em nome de uma empresa Johnson & Johnson. Alguns exemplos de intermediários incluem: intermediários de vendas ou distribuidores, fornecedores de logística, lobistas, agentes de licitação, parceiros de pesquisas clínicas e de mercado, consultores regulatórios, organizações contratadas de pesquisa e outros que interagem com funcionários públicos e profissionais de saúde em nome de uma empresa Johnson & Johnson (por exemplo, planejadores de reuniões, agentes de viagem, etc.).

Profissionais de saúde (HCP) - Designação ampla que inclui pessoas no campo da assistência à saúde que podem prescrever, obter ou influenciar a prescrição ou a aquisição de produtos e/ou serviços da empresa Johnson & Johnson que são regulamentados ou reembolsados. Isso inclui médicos, enfermeiros, farmacêuticos e administradores de hospitais. Alguns profissionais de saúde são também considerados funcionários públicos. Confira a definição de funcionário público para saber mais.

Funções importantes

Funcionário público (GO) - Pessoa que é definida como funcionário público de acordo com a lei local. Isso inclui funcionários de órgãos reguladores, funcionários de alfândega, funcionários de órgãos fiscais, a maioria dos funcionários de hospitais pertencentes ao governo e funcionários e outras pessoas responsáveis por aprovação de produtos, licenças e registros. Funcionários públicos são também os profissionais de saúde que são empregados ou atuam em nome de um hospital ou outra instituição pertencente ou controlada por um órgão de governo, por exemplo profissionais de saúde que trabalham em hospitais e universidades públicas. Esses profissionais de saúde devem ser considerados funcionários públicos, mesmo que não sejam assim considerados pela legislação local.





Obrigações dos intermediários (TPIs)

Diligência - Todos os intermediários contratados pelas empresas Johnson & Johnson são selecionados de acordo com um processo de diligência detalhado e documentado. A diligência ocorre também para alterações de contrato e, potencialmente, para subintermediários.

Treinamento anticorrupção - Como parte das obrigações contratuais, o intermediário deve garantir que forneceu treinamento apropriado para todas as pessoas empregadas ou indicadas pelo TPI, incluindo afiliadas e subcontratados que interajam com profissionais de saúde e funcionários públicos em nome de uma empresa Johnson & Johnson. Essas pessoas precisam completar seu treinamento antes de começar a trabalhar em nome de uma empresa Johnson & Johnson.

Livros e registros - As empresas Johnson & Johnson são obrigadas a manter livros e registros financeiros. Essa exigência é aplicável igualmente a todos os intermediários que trabalham em nome de empresas Johnson & Johnson. Todas as faturas, notas de débito e outros documentos que apoiam pagamentos feitos por intermediários trabalhando em nome de uma empresa Johnson & Johnson devem incluir claramente a razão exata do pagamento devido. Isto é particularmente importante quando as operações envolvem profissionais de saúde.

Contratos de prestação de serviços com profissionais de saúde (como contratos para atuarem como palestrantes, membros do conselho consultivo, consultores de treinamento, etc.) devem ser necessidades de negócios legítimos, documentados, e nunca feitos com a intenção de fornecer compensação ou remuneração em troca de negócio - real ou esperado.



Acordos de prestação de serviços com profissionais de saúde

- Os serviços devem ser documentados num contrato detalhado que especifique o pacote completo da remuneração. (Procure o seu contato da Johnson & Johnson Company para obter exemplos.)
- A remuneração deve ser feita a justo valor de mercado pelos serviços fornecidos.
- Os serviços executados devem ser documentados antes de o pagamento ser efetuado.
- As faturas devem ser suficientemente detalhadas para permitir auditoria e manutenção de registros adequadas.
- As despesas de viagens, hospedagem e refeições do associado devem ser razoáveis, não excessivas, e não devem incluir viagens adicionais ou pessoas que não fornecem serviços para a Johnson & Johnson.



Viagem, hospedagem, refeições e outros tipos de hospitalidade para profissionais de saúde

Quando for permitido fornecer refeições, viagens ou hospedagem para um HCP (por exemplo, no contexto de um contrato de prestação de serviço), aplicam-se os seguintes requisitos:

- Despesas de viagens, hospedagem e refeições, quando razoáveis e documentadas, devem ser reembolsadas de acordo com a Política de Viagem e Entretenimento da Johnson & Johnson e as políticas locais aplicáveis.
- O local para a realização de qualquer reunião com um HCP deve ser adequado e favorável à troca de informações de negócios ou científicas.
- Refeições e bebidas devem ser de valor modesto e complementares, em tempo e foco, para a parte comercial da reunião.
- Entretenimento e recreação não podem ser oferecidos a HCPs.

Presentes para HCPs

Presentes ocasionais podem ser oferecidos para profissionais de saúde, se tais presentes atenderem às diretrizes da Johnson & Johnson. Os presentes para HCPs devem ser modestos, de baixo valor e costumeiros; permitidos pelas leis e normas locais; terem valor educativo ou científico; benéfico para pacientes; relevantes para a prática de profissionais de saúde e não estarem restritos por códigos/associações industriais locais. Presentes em dinheiro NÃO podem ser dados para profissionais de saúde. Isso inclui equivalentes de dinheiro, como cartões de saque.



Presentes e hospitalidade para funcionários públicos

Na maioria dos países, os funcionários públicos, agentes eleitos ou nomeados e, frequentemente, consultores e conselheiros do governo, remunerados ou não, estão sujeitos a regras éticas especiais.

Em geral, essas pessoas não têm permissão para solicitar ou aceitar presentes ou qualquer item de valor.

Em raras ocasiões, quando dar um presente e outro benefício para um funcionário público for permitido, o referido presente ou benefício deve ser modesto e de baixo valor, não ultrapassando o valor legal máximo, e cumprir a lei local. Presentes em dinheiro não são admissíveis em nenhuma circunstância. Despesas com hospitalidade para funcionários públicos devem ser razoáveis, costumeiras e em conformidade com a lei local.





Todas as outras interações com funcionários públicos

Interações com funcionários públicos podem incluir interações com agências reguladoras de produto e de localização, inspetores, autoridades de importação/exportação, autoridades de precificação, pessoal de registro de produto, autoridades de licitação e muitos outros. Os intermediários devem manter a conformidade com todas as leis locais ao interagir com um funcionário público e nunca devem oferecer ou aceitar um benefício como presente com intenção de influenciar decisões.

Credo Hotline

A Johnson & Johnson tem uma hotline gratuita que você pode usar nas 24 horas por dia, nos 7 dias da semana para informar anonimamente qualquer preocupação ética ou legal e enviar perguntas relativas a preocupações éticas ou legais. Para obter instruções sobre como usar a hotline, vá para **www.credohotline.com**